

A GUERRA DE CANUDOS E A MATERIALIDADE DE UMA MEMÓRIA SOCIAL

Alan Tocantins Fernandes¹

Este estudo busca tecer algumas considerações acerca da materialidade de enunciados delineados em documentos oficiais e publicações na imprensa no tocante ao desenrolar da Guerra de Canudos. Adequando-se às perspectivas da Análise do Discurso pècheutiana, o presente estudo permeia a rede interdiscursiva e a materialidade construída em fulcros ideológicos e em um movimento histórico/discursivo apoiado em aparelhos de hegemonia que buscaram a institucionalização de sentidos, a estabilização da memória, além do silenciamento e o apagamento dos ideais de liberdade e resistência sociais preconizados pelo movimento sociorreligioso de Canudos, comandado por Antônio Conselheiro.

Para a análise, constituiu-se um corpus de sequências discursivas retiradas de alguns relatórios oficiais apresentados pelo já extinto Ministério da Guerra ao então Presidente da República do Brasil, bem como através de algumas notícias e outras manifestações veiculadas pela imprensa periódica brasileira da época, que desempenharam um papel de relevo na produção e divulgação dos acontecimentos discursivos sobre o conflito. Para efeito de análise dentro do escopo que se propõe neste estudo, a seleção de sequências discursivas incluiu publicações entre 1896 e 1898. Dada a ampla produção documental e jornalística sobre o assunto no período, este trabalho considera as propriedades discursivas que decorrem de princípios teóricos da análise do discurso para a construção do corpus.

Materialidades e análise

O recorte feito para a análise aqui proposta tem como foco a materialidade linguístico-histórica e suas condições de produção. Como os textos trabalham através de uma circulação social (ACHARD, 1999) e não existem por si só como unidade primeira, é preciso que haja textualidade, que é a função do texto consigo mesmo e com a exterioridade. Neste espaço, na perspectiva pècheutiana, as condições de produção discursivas viabilizam o funcionamento da ideologia, relacionado à luta de classes e às suas motivações econômicas (PÊCHEUX, 2014).

A natureza brutal que caracterizou os episódios da sangrenta conflagração na Bahia marcou também a história do Brasil de maneira profunda e impulsionou uma vasta produção jornalística. Mesmo os não alfabetizados se beneficiavam dos periódicos em leituras coletivas realizadas em praças públicas. Além disso, a imprensa era “utilizada em todo o país como antecedente das ações do exército” (LIMA, 2005, p.7). Galvão (1994) observa que, no caso de Canudos, por mais altas que fossem as patentes dos participantes da campanha, as opções estratégicas e táticas eram regularmente atualizadas com o envio de cartas aos

¹ Doutorando pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

jornais – fato desencadeador de um processo de produção de sentidos que se deu na dominância do discurso republicano.

A exemplo disso, temos na seção de telegramas do jornal carioca *A Notícia* de 08 de dezembro de 1896² a publicação da comunicação do então chefe de segurança da Bahia ao governador, em que se anunciava um forte combate entre as forças militares baianas e os correligionários de Antônio Conselheiro próximo à cidade de Juazeiro (grifos nossos):

(1) Morreram na luta 150 **fanáticos**, um oficial, um sargento e oito soldados. O **bando** de **criminosos** refugiou-se em Canudos; novo contingente de força persegue-os.

O mesmo jornal publica, em 17 de janeiro de 1897³, uma carta enviada ao jornal baiano *Diário de Notícias*, com os dizeres (grifos nossos):

(2) Tem corrido **boatos assustadores** com relação à força que foi ao encontro do **fanático** Antônio Conselheiro.

As condições sócio-históricas vinculadas a redes de significância, somadas à projeção ideológica, contribuíram para o encadeamento de sentidos e regularidades nos acontecimentos discursivos que não só trouxeram desconforto e insegurança à população, mas serviram para justificar e estear, sobretudo por republicanos conservadores, as diversas expedições militares à Canudos. É possível entender essas condições a partir do que pensa Achard (1999, p.16), quando ele defende que “a regularização se apoia necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido”. A regularidade discursiva, ao se referir ao movimento de Canudos como “*fanáticos*”, invoca significados por meio de pré-construídos estabelecidos, como é possível notar nas sequências (1) e (2), extraídas da imprensa, mas também em relatórios oficiais do governo – sequências (3) e (4), a seguir, e também (10) e (11), mais adiante.

A sequência (3), extraída de uma comunicação oficial do governo⁴ entre o Ministério dos Negócios da Guerra e um ajudante geral do exército, a mando do presidente da República, foi publicada em 24 de março de 1897, e serviu para dispensar os serviços de um batalhão, ainda no início do conflito, trazendo os seguintes dizeres (grifos nossos):

(3) [...] sendo consideradas suficientes as forças destinadas a restabelecer a ordem e chamar à obediência da autoridade legal a **horda de fanáticos** que **infestam** os sertões da Bahia e reconhecendo-se que não chegou ainda o momento de utilizar-se o Governo dos elementos de resistência e de luta que, em nome do mais puro patriotismo, lhe vieram trazer todas as classes sociais do país, deveis providenciar para que sejam, por enquanto, dispensados os serviços do Batalhão Tiradentes.

² Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/830380/2228>>. Acesso em 02/05/2019.

³ Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/830380/2372>>. Acesso em 02/05/2019.

⁴ Os relatórios do Ministério da Guerra estão disponibilizados no acervo digital do *Center for Research Libraries*. Cada ministério federal emite um relatório anual que relata suas atividades. O acesso é por ministério e ano. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/143/details>>. Acesso em 01/05/2019.

O recorte traz distribuições de mando e obediência e nele se observa que o suporte semântico, (des)estabilizando o encadeamento da cadeia significante e constituindo a memória através da regularidade discursiva (“*horda de fanáticos*”), não se limitava apenas ao que era dito na imprensa, mas também em comunicações oficiais do governo.

Na mesma sequência, o verbo “*infestar*” é utilizado para se referir aos canudianos, trazendo possibilidades no modo de significar: infestação no sentido de *invasão* e *propagação*, mas também *dominação*, geralmente atribuídos a pestes ou parasitas. Há, portanto, um deslocamento de sentidos com o intuito de reforçar a visão sobre a perniciosidade do grupo de Antônio Conselheiro e a necessidade de aniquilá-lo. Pode-se dizer que o mesmo acontece com a utilização do termo “*horda*”, que tanto pode significar “multidão”, como também “quadrilha” ou “grupo primitivo e selvagem”. Na movimentação dos sentidos, há ainda uma reformulação parafrástica do termo “*horda*” (3) com o termo “*bando*” (1).

Na sequência (4), recortada de outro relatório oficial⁵ apresentado em maio de 1898 ao presidente Prudente de Moraes pelo ministro da guerra, a regularidade discursiva (“*fanatismo*”) se mantém (grifos nossos):

(4) [...] Assim, frustrado o plano combinado, colocadas nossas forças em condições desvantajosas, começaram a surgir as maiores dificuldades e estas assumiram tais proporções, alarmando o espírito público, que para removê-las, entendeu o governo fazer **seguir para o teatro da ação o ilustre ministro da guerra**. [...] pouco depois de sua chegada, fechava-se o sítio; a 1 de outubro era levado o primeiro assalto aos pontos fortificados do inimigo e a 5 rendia-se a cidadela maldita de Canudos, hasteando-se, ao som do hino nacional, **sobre os escombros do fanatismo impenitente, a bandeira estrelada da fé republicana**.

Embora de domínio público, o relatório não foi publicado pela imprensa. Trata-se de uma comunicação oficial que relata os últimos dias do conflito, enaltecendo explicitamente a atuação das tropas, ao passo que se retoma a memória das dificuldades encontradas nas tentativas de render a “*cidadela maldita de Canudos*” e seus obstinados e fanáticos moradores. Observa-se ainda, nas quatro sequências acima, uma construção de sentido na memória social inscrita em práticas e aportada no materialismo histórico-dialético, que se mantiveram durante e após o período do conflito.

Nota-se na sequência (4) uma deriva de sentidos por meio de efeitos metafóricos que conduz o sujeito-leitor à uma injunção à interpretação. Diante desta ilusão de conteúdo (não há conteúdo, só há o funcionamento da linguagem), ocorre o que Orlandi (2012, p.22) define como um “apagamento da construção discursiva do referente”. O efeito metafórico (semântico) abre espaço para o emprego da metonímia, que permite o modo como o sujeito se constitui e se realiza discursivamente.

Em “*seguir para o teatro da ação o ilustre ministro da guerra*”, por exemplo, há um deslocamento de significantes, particularmente da palavra “*teatro*”, que desperta sentidos outros, resultado de uma ruptura com outros sentidos já instalados. Sem a possibilidade de deslizamento, não há possibilidade de sentido. Numa relação de paráfrase, “*teatro da ação*” poderia substituir “campo de batalha”, onde o “*ilustre ministro da guerra*” é o diretor desse “espetáculo”.

⁵ Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/143/details>>. Acesso em 01/05/2019.

Ainda na sequência (4), na expressão “*sobre os escombros do fanatismo impenitente, a bandeira estrelada da fé republicana*”, na porosidade da língua, o(s) significante(s) se antecipa(m) do que o sujeito queria dizer. Através de deslocamentos, os sentidos escapam para formar sentidos outros. Num olhar mais detido, o termo “*escombros*” traz um efeito metonímico de uma relação concreto-abstrato: trata-se dos destroços (materiais) que restaram em Canudos em decorrência da guerra ou é uma substituição para os ideais canudianos? Numa mesma linha de pensamento, “*a bandeira estrelada da fé republicana*” também apresenta uma relação concreto-abstrato – símbolo visual (físico) ou uma formulação discursiva para se referir aos anseios republicanos?

Vale ressaltar que esta relação concreto-abstrato, fruto do efeito metonímico, não se dá apenas intradiscursivamente, mas também no que concerne aos elementos interdiscursivos que atravessam o dizer. Na perspectiva pecheutiana, os discursos são construídos em relação uns aos outros, e, portanto, em uma teia de sentidos repetidos, recuperados e transformados por meio da memória e do interdiscurso.

Ao analisar as regularidades nos acontecimentos discursivos, movimentos contínuos de repetição e paráfrase podem ser observados nas sequências discursivas do relatório I do ano de 1897⁶, apresentado ao então presidente da República, Prudente de Moraes, em maio de 1898 pelo ministro da guerra, João Thomaz Cantuária (grifos nossos):

(5) Notei claramente a harmonia desacentuada, desconcertada mesmo, com que os **jagunços** aclamam a Conselheiro e a monarquia, **como se** entre aquela **entidade amaldiçoada** e essa forma de governo existisse um **elo de intimidade**, um vínculo de parentesco lógico.

(6) [...] foi o batalhão inopinadamente assaltado na estrada do Rosário, recebendo de emboscada vivo fogo de fuzilaria dos **bandidos** de Antônio Conselheiro, perecendo nessa ocasião vítima de um tiro o **bravo capitão** Antônio Valério dos Santos, que comandava o batalhão.

(7) [...] Embora no campo ficassem uns mortos e outros feridos, vinte e oito bravos companheiros de peleja, o batalhão firme e calmo, postava-se juntamente com os 35^o e 34^o em frente as posições inimigas, já abandonadas pelos agentes do **sicário** Conselheiro.

O tom depreciativo usado para rotular Antônio Conselheiro e seu grupo recebe termos que se substituem parafrasticamente como “*jagunços*”, “*bandidos*” e “*sicário*” – ver ainda “*bando de criminosos*”, na sequência (2) – enquanto que para descrever as tropas em campanha foram utilizados termos *bravo capitão*, *bravos companheiros de peleja*, *firme* e *calmo*. Entende-se a luta dos revoltosos de Canudos como uma luta ideológica contra o estabelecimento da época e a imposição republicana. Visão essa claramente não compartilhada pelo Estado e o exército, que constroem um sentido de subjugação e adversidade para com o movimento.

Na notícia publicada pela *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro), no dia 27 de setembro de 1897⁷, percebe-se esse encadeamento ideológico (grifos nossos):

⁶ Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/143/details>>. Acesso em 01/05/2019.

⁷ Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1897_00270.pdf. Acesso em: 01/05/2019.

(8) Os **bandidos** que fogem de Canudos, **sem destino**, famintos, prevendo a completa derrota e espavoridos, **fazem toda a sorte de tropelias** pelos caminhos, quando encontram os nossos **pobres companheiros, feridos, doentes e desprotegidos**. Felizmente está por dias a vitória da República e a desmoralização dos **monarquistas encobertos**, que fizeram de um **bandido** um **gato morto** para envergonhar a nossa querida Pátria.

Por um lado, o enunciador atribui termos como *bandido, sem destino, gato morto que envergonha a pátria*, avivando o imaginário de criminosos sem propósitos dos canudianos, enquanto que, por outro lado, utiliza termos afáveis como *pobres companheiros, feridos, doentes e desprotegidos* para se referir aos combatentes. Nas condições de produção dessa materialidade, o sujeito se constitui no que é dito, mas também no não-dito. Na escolha simbólica para constituir (e disputar) os sentidos no funcionamento discursivo, há um silenciamento não só do fato de que os canudianos também estavam feridos, doentes e desprotegidos, mas também de seus ideais de liberdade e resistência sociais. Nota-se um entrelaçamento da ideologia e do esquecimento, sustentado ainda pelo boato, como veremos a diante, de que os revoltosos eram “*monarquistas encobertos*”.

As sequências (9) e (10) trazem fragmentos de publicações dos jornais *Gazeta de Notícias*⁸ (Rio de Janeiro) e *Cidade do Salvador*⁹ (Bahia) dos dias 08 de julho e 05 de outubro de 1897, respectivamente, reforçando o imaginário *jagunçada feroz/jagunços* – também mostrado na sequência (5) – ao se referir aos canudianos, na investida de sedimentação de sentidos (grifos nossos):

(9) De dia em dia acentua-se felizmente a vitória das **forças legais** contra a **jagunçada feroz** de Canudos.

(10) Acabo de ter notícias vindas de Queimadas. Canudos tomado no dia 4. Forças acampadas dentro, perseguindo **jagunços** para fora. **Viva a Republica** [...] Os canhões não puderam derrubar a grande Igreja ou antes a fortaleza dos **fanáticos**. **A Bahia está salva. Republica gloriosa!**

Embora publicados em diferentes difusores, de Estados e períodos relativamente distantes, os enunciados trazem os termos “*jagunços*” e “*jagunçada*”, permitindo a formação de um efeito de série pela regularização, conforme proposto por Achard (1999). Cabe aqui destacar que, no século XIX, o termo “*jagunço*” não se referia a um capanga, pistoleiro, assassino, contratado para matar, como significa nos dias atuais. Com a Revolução de Canudos, o habitante da caatinga de Euclides da Cunha (2016), insulado nas terras altas “no país que não o conhece, em luta aberta com o meio, que lhe parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária” (*ibid.*, p.139), foi resignificado. As sequências (5), (9) e (10) fazem, todavia, associações dos termos “*jagunço/jagunçada*” com uma “*entidade amaldiçoada*” que precisava ser combatida pelas “*forças legais*”. Um acontecimento discursivo nascido do

⁸ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/16521>. Acesso em: 01/05/2019.

⁹ Fragmento extraído de um telegrama enviado ao então presidente da República pelo governador da Bahia Dr. Luiz Viana, reportando o epílogo da guerra. Disponível em <<http://memoria.bn.br/docreader/763250/193>>. Acesso em: 01/05/2019.

choque da “atualidade” (da época) com a memória que, na perspectiva peuchetiana, não produziu repetição, mas resignificação.

Neste espaço de ideias recebidas e sentidos institucionalizados surgiam ainda os boatos sobre o conflito se espalhavam sem nenhuma confirmação (GALVÃO, 1994), ocasionando dispersões de sentidos sobre os fatos. Posições republicanas extremas, por exemplo, acusavam a monarquia de ser cúmplice de Antônio Conselheiro – um “*elo de intimidade*”, sequência (5). Textos dessa ordem circulavam também pelos jornais – e.g. “*monarquistas encobertos*” (8) –, e a disseminação de notícias de atrocidades cometidas por canudianos contribuía para o clima de pânico que se instalara na sociedade (*ibid.*), gerando equívocos e incertezas na população, além de estabilizar sentidos. Por se tratar de uma discursividade “anônima” e não verificável, o processo discursivo era imaginariamente sustentado.

Orlandi (2012) nos lembra que, embora tais processos se realizem necessariamente pelo sujeito, os mesmos não têm a suas origens no sujeito. Assim, os boatos produzem um efeito de autoridade e de verdade conforme são ditos e repassados, o que para a autora, constituem “um fato discursivo e político por excelência” (*ibid.*, p.129).

Considerações finais

Neste estudo buscou-se pensar a materialidade e efeitos ideológicos em publicações que trataram do desenrolar do conflito em Canudos. Ao analisar o funcionamento discursivo na construção e disputa de sentidos nos enunciados, observa-se que, em relatórios oficiais, comunicações e notícias divulgadas na imprensa, a textualização da discursividade e seus processos de significação serviram como ferramentas utilizadas não só na formação da identidade da comunidade canudiana, mas também na sustentação das relações de antagonismo, além da estigmatização da opinião pública por meio da incorporação de ideais sociopolíticos de sujeitos em consonância com o contexto histórico-social.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: P. Achard et al. Papel da Memória. Trad: José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.
- CUNHA, Euclides da. Os sertões. Edição especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2016.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais. 4ª Expedição. São Paulo: Ática, 1994.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores. 2012.
- LIMA, Lidiane Santos de. A Campanha de Canudos nos Jornais. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2005.
- PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso : uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução : Eni Puccinelli Orlandi et al. 5ª ed. Campinas, SP : Editora da Unicamp. 2014.